

## REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE O PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO

Giuliana de Sá Ferreira Barros

### RESUMO

O presente trabalho visa promover reflexões iniciais em torno do Programa Escola sem Partido. Este texto busca analisar os objetivos, as implicações deste Programa e como as mudanças estruturais na sociedade interferem no campo das políticas da Educação Básica e da Educação Profissional. A análise da temática foi desenvolvida a partir do recorte do pensamento marxiano, estabelecendo conexões com autores como Gramsci (2015), Freire (2005) e Saviani (1999). Trata-se do exame sobre o Movimento Escola Sem Partido, buscando viabilizar um estudo inicial em torno das relações sociológicas e políticas que envolvem o Programa. Tendo em vista a complexidade da questão, é compreensível que esta proposta apresente posições teóricas controversas. Pelas suas características é importante enfatizar que a natureza do trabalho é bibliográfica e pauta-se pela construção teórica baseada na revisão de literatura.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escola sem Partido, ideologia, formação docente.

### INTRODUCTORY REFLECTIONS ON THE PARTIAL SCHOOL PROGRAM

### ABSTRACT

This paper aims to promote initial reflections on the School Without Party Program. This text seeks to analyze the objectives, implications of this program and how structural changes in society interfere in the Field of Basic Education and Professional Education policies. The analysis of the theme was developed based on Marxian thought, establishing connections with authors such as Gramsci (2015), Freire (2005) and Saviani (1999). It is the examination of the School Without Party Movement, seeking to make possible an initial study around the sociological and political relations that involve the program. Given the complexity of the issue, it is understandable that this proposal presents controversial theoretical positions. Due to its characteristics it is important to emphasize that the nature of the work is bibliographic and is guided by the theoretical construction based on the literature review.

**KEYWORDS:** School without Party, ideology, teacher education.

## **1.INTRODUÇÃO**

Neste trabalho são propostas reflexões iniciais em torno do desenvolvimento da proposta da Escola sem Partido. Trata-se do estudo do conceito a partir da perspectiva crítica de educação, com vistas a estabelecer relações com as discussões de autores como Paulo Freire, Antônio Gramsci, Demerval Saviani, dentre outros, compreendendo que na Sociologia, a abordagem relacionada à Educação e à Prática Docente é histórica e epistemologicamente variada.

Com o presente trabalho pretende-se promover estudos preliminares sobre o Programa Escola sem Partido, tendo como recorte aspectos próprios do vínculo entre sociedade e educação, contribuindo, assim, para estender os debates sobre a temática à luz do marxismo. Por meio deste, busca-se compreender a proposta e como esta é capaz de influenciar a Educação Básica, a Educação Profissional, o trabalho docente e a relação professor/aluno na contemporaneidade, tendo como ponto de partida reflexões como ideologia, doutrinação e formação docente. Além disso, busca-se dialogar com diversas posições teóricas, com vistas a compreender essa dimensão a partir de uma abordagem crítica. Sendo assim, é impossível falar em Escola sem Partido e não fazer alguns questionamentos como: Porque Escola sem Partido? Quais são os reais interesses envolvidos? Quais são as implicações da proposta para o desenvolvimento do trabalho docente? Esses questionamentos podem contribuir para compreendermos as linhas e as entrelinhas que envolvem essa proposta.

## **2. O QUE É ESCOLA SEM PARTIDO? QUAIS SUAS PROPOSTAS?**

No ano de 2016 foi proposto pelo então senador do (PR/ES), Magno Malta, o Projeto de Lei do Senado Federal nº 193. Esta legislação surgiu com o objetivo de incluir entre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido". Esse projeto de lei nasceu baseado no Movimento Escola sem Partido, criado em 2004 pelo então procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib. A ideia é descontaminar a escola de uma suposta ideologia de esquerda. O movimento encontrou adeptos das camadas conservadoras em todo país e objetiva, principalmente, acrescentar tópicos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, e dispor sobre a conduta dos professores dentro de

sala de aula. Em 2017, o próprio relator retira o projeto, que é arquivado pelo Senado Federal. O motivo da retirada foi de que o projeto tinha mais chances de ser aprovado na Câmara dos Deputados e depois seguiria com força suficiente para ser aprovado pelo Senado. Em dezembro de 2018 o projeto foi arquivado também na Câmara com a expectativa que ele retornasse em 2019 ainda mais “duro”. Neste ano de 2019, foi realizada uma atualização do texto do anteprojeto original de autoria de Miguel Nagib que foi intitulado de versão 2.0. Outros projetos foram baseados neste anteprojeto supracitado e mais uma vez submetidos à Câmara, como o projeto nº 246/2019, da deputada Bia Kicis (PSL/DF), ainda mais severo e arbitrário. Atualmente, em agosto de 2019, Nagib, através das redes sociais, declara que esperava mais apoio do atual presidente da república e encerra suas atividades a partir do dia 1º de agosto de 2019. Entretanto, uma vez lançadas ao vento, essas ideias impregnadas de conservadorismo antidemocrático encontraram terreno fértil e ainda estão sendo semeadas por simpatizantes em todo país. Importante aqui ressaltar que a proposta expressa no PL Nº 193/2016, determina, dentre outras ações:

- 1) O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
- 2) Ao tratar de questões políticas, sócio culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa, - isto é, com a mesma profundidade e seriedade -, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito;
- 3) O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula" ([WWW.PROGRAMAESCOLASEMPARTIDO.ORG](http://WWW.PROGRAMAESCOLASEMPARTIDO.ORG)).

O projeto de lei nº 246/2019 traz em seu Art. 3º que “é vedado o uso de técnicas de manipulação psicológica destinadas a obter a adesão dos alunos a determinada causa”. E completa:

A doutrinação política e ideológica em sala de aula compromete gravemente a liberdade política do estudante, na medida em que visa a induzi-lo a fazer determinadas escolhas políticas e ideológicas, que beneficiam, direta ou indiretamente as políticas, os movimentos, as organizações, os governos, os partidos e os candidatos que desfrutam da simpatia do professor (...) Sendo assim, não há dúvida de que os estudantes que se encontram em tal situação estão sendo manipulados e explorados politicamente, o que ofende o art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), segundo o qual nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de exploração (PL 246/2019).

Como está explícito na página do Movimento são encontradas diretrizes básicas e diversos textos de adeptos e simpatizantes que procuram defender aquilo que entendem por “educação sem doutrinação ideológica”, apesar de não conceituarem o que chamam de doutrinação ou ideologia. Além disso, no próprio site é possível encontrar textos que objetivam atacar o

pensamento de intelectuais como Frei Beto e Paulo Freire. O movimento Escola sem Partido tem como proposta combater, em sala de aula, a exposição de temáticas políticas e ideológicas, assim como aquilo que intitulam de “ideologia de gênero”.

Menezes Neto (2013), ao apresentar a percepção de educação do pensador José Carlos Mariátegui, favorece o entendimento sobre um modelo de educação verdadeiramente inclusivo. O autor explica que ao tratar de educação, Mariátegui rompe com a ideia de

Escola positivista e racional, pois ele defenderá que a instituição escolar deve incorporar valores para além desse racionalismo. Dirá que esta escola serviu e serve à sociedade burguesa, mas não aos anseios do saber, felicidade e construção do novo homem socialista (MENEZES NETO, 2013, p. 121).

Tendo em vista o exposto, entende-se que a Escola sem Partido tem características dessa escola a qual Menezes Neto (2013) refere-se a partir do pensamento crítico de Mariátegui; uma escola que não é inclusiva. Pelo contrário, é proposto por meio deste Programa um modelo de escola burguesa e excludente. Observa-se muitas limitações da proposta em tela no sentido de reforçar a manutenção de velhos paradigmas, especialmente àqueles vinculados ao modelo de educação tradicional, liberal e positivista, contrária ao ideário de educação proposto por Mariátegui, concernente à construção do novo homem socialista.

## 2.1 Implicações do Programa Escola sem Partido

É possível perceber as implicações que envolvem o Programa Escola sem Partido. São impactos de vieses ideológico e político que contribuem para o fortalecimento da cultura da intolerância, instituindo um grande retrocesso no combate a qualquer tipo de discriminação, seja ela de cunho político, religioso ou social.

O Programa tem servido de inspiração para alguns estados e municípios que, com o discurso conservador de "defesa da família", tem empreendido esforços para a aprovação de leis para institucionalizar tal proposta. Não há dúvidas de que este Programa promove grandes prejuízos para a Educação, que deixa de ser espaço de diálogo e inclusão de todos e passa a ser veículo de propagação de concepções discriminatórias e excludentes.

Um dos conceitos mais utilizados pelos proponentes do Programa é Ideologia. O que os adeptos da proposta acreditam é que a educação, conforme é formatada atualmente, é lugar de difusão da ideologia política de esquerda, ou, usando os próprios termos do grupo, ideologia comunista. É possível observar que a pretensão dos idealizadores é justamente promover a ideologia contrária, em que a educação é neutra e o professor é um mero transmissor de conhecimentos.

Todo este arcabouço de justificativas apresentadas pelo Programa Escola sem Partido pode ser entendido sob a ótica de Gramsci (2015), que já discutia acerca da polissemia da palavra Ideologia ainda no início do século XX. Nos seus Cadernos do Cárcere, Gramsci traz reflexões essenciais para questões como Política, Educação e Filosofia. Com relação ao conceito de Ideologia, Gramsci afirma que:

É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalísticas, "voluntaristas". Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade "psicológica": elas "organizam" as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Enquanto são "arbitrárias", não criam mais do que "movimentos" individuais, polêmicas, etc (GRAMSCI, 2015, p. 237).

Com relação ao Programa em pauta, entende-se a emergência de uma forma de Ideologia altamente arbitrária. Através de argumentos conservadores e excludentes, o grupo propõe organizar movimentos individualistas, elitizados e que negam a verdadeira essência democrática do ato de educar, que é educar para a libertação, como bem defendia Paulo Freire.

Uma escola democrática em que se pratique uma pedagogia da pergunta, em que se ensine e se aprenda com seriedade, mas em que a seriedade jamais vire sisudez. Uma escola em que, ao se ensinarem necessariamente os conteúdos, se ensine também a pensar certo (FREIRE, 1991, p. 24).

Ao tratar de Ideologia Gramsci (2015) provoca o debate em volta da Filosofia. Para o autor "todos os homens são filósofos, definindo os limites e as características desta filosofia espontânea, peculiar a todo mundo" (GRAMSCI, 2015, p. 93). Ele explica que essa consciência filosófica é desenvolvida a partir do envolvimento do homem no "próprio mundo consciente" (GRAMSCI, 2015 p. 94). Sendo assim, entende-se que, é a partir da consciência filosófica, que o ser humano terá condições de discernir o jogo ideológico que envolve a realidade político-social.

Gramsci lembra que esse envolvimento do homem no mundo consciente perpassa por quatro aspectos: o primeiro é entender que pertencemos a um determinado grupo. Para Gramsci essa construção deve ser precedida do autoconhecimento tendo em vista que "o início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um "conhece-te a ti mesmo" como produto do processo histórico" (GRAMSCI, 2015, p. 94). O segundo aspecto diz respeito à relação do homem com a história. "Não se pode ser filósofo - isto é, ter uma concepção criticamente coerente - sem a consciência da própria historicidade" (GRAMSCI, 2015, p. 95). Para Gramsci o conhecimento filosófico estava intimamente ligado ao conhecimento histórico. Ele ressalta que o entendimento da concepção de mundo deve passar pelo conhecimento histórico. O terceiro aspecto que Gramsci enfatiza é o papel da linguagem para compreensão da concepção de mundo. Ele chama a atenção porque a linguagem possui traços da cultura. E o último aspecto gira em torno da valorização do conhecimento já construído. "Criar uma cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas originais, significa também e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas" (GRAMSCI, 2015, p. 95).

Um outro conceito importante para o Programa Escola sem Partido é o conceito de Doutrinação. Essa formulação direciona-se para o entendimento de introdução de ideias com fins determinados. A palavra remete também para uma relação com aquilo que é religioso e acrítico. Para os formuladores do Programa a educação atual promove nas escolas uma espécie de doutrinação marxista fundada nas ideias de Karl Marx e Antônio Gramsci. A intencionalidade da proposta está explícita no que diz respeito ao desejo de se construir um modelo de Educação sem senso crítico, sem que o aluno, como sujeito do processo de aprendizagem, tenha condições de buscar e conhecer a verdade.

No que diz respeito ao debate sobre Doutrinação, é possível estabelecer conexões com a discussão de Gramsci (2015) sobre Senso Comum, Religião e Filosofia, explicando o papel de cada uma no contexto do conhecimento científico.

A religião e o senso comum não podem constituir uma ordem intelectual porque não podem reduzir-se à unidade e à coerência nem mesmo na consciência individual, para não falar na consciência coletiva (...) Mas por que chamar esta unidade de fé de "religião", e não de "ideologia" ou, mesmo, de "política"? (GRAMSCI, 2015, p. 237).

Aqui o autor deixa claro que a "Filosofia é a crítica e a superação do senso comum e da religião" (GRAMSCI, 2015, p. 96). Ele explica que a Filosofia possui características de "elaborações individuais de pensamento" (GRAMSCI, 2015, p. 100) e o Senso Comum tem como características um conhecimento popular e difuso vinculado a um determinado período histórico. Entretanto, um não exclui o outro, pelo contrário, o desenvolvimento da Filosofia torna-se uma "exigência do contato cultural com o simples" (GRAMSCI, 2015, p. 101). Entende-se a partir do exposto que esses são conhecimentos que devem andar juntos e não promover dissensões.

Ao tratar da ciência e das ideologias científicas Gramsci discute as relações entre ciência e diversas ideologias, retomando a questão da religião. O autor destaca que a religião é a ideologia mais enraizada e difundida, e por esse motivo faz-se necessário a necessidade de enfatizar a importância da ciência. Dessa forma, ele explica que o trabalho científico tem dois aspectos importantes: o primeiro é retificar o conhecimento e o outro é aplicar essa complexa gama de conhecimentos. Gramsci ainda enfatiza que, "colocar a ciência como base da vida, (...) a que liberta os olhos de qualquer ilusão ideológica, (...) isto significa recair no conceito de que a filosofia da práxis tem necessidade de sustentáculos filosóficos fora de si mesma" (GRAMSCI, 2015, p. 175). Sendo assim, está explícita a íntima relação entre filosofia da práxis e ciência para evolução do pensamento filosófico, político e social.

## 2.2 Implicações para a (De) estruturação do Trabalho Docente

Existe o entendimento de que a educação é instrumento de politização, que contribui para o desenvolvimento social, que é feita por várias mãos: professores, alunos, comunidade. Por isso, compreende-se a educação como ato político, espaço de debate, reflexão e intervenção, que acolhe, desde o contexto cultural da aprendizagem, até os sucessos e insucessos do sistema escolar. Todos esses elementos estão inseridos em uma ordem que está em constante transformação.

[...] como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que, além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, implica tanto o esforço de *reprodução* da ideologia dominante, quanto o seu *desmascaramento* (FREIRE, 1996, p. 110).

Discutir a práxis em torno do trabalho docente em tempos de Escola sem Partido é contemplar um campo cheio de tensões e de (in)tensões. É imperioso esclarecer que, pensar na docência é, antes de tudo, compreender que a prática docente vai além da ação na sala de aula. Não se trata de formar o aluno para generalidades; pensar na docência é mais que pensar no ser professor de tal conteúdo. A docência é visceralmente vinculada à dimensão histórica, política e econômica da sociedade a qual está inserida.

Sem o compromisso ético com a formação de sujeitos críticos, os problemas surgem e são tratados com paliativos; não são tratados na origem, na essência e, portanto, permanecem. É importante enfatizar que, como diz Paulo Freire, não há docência sem discência; assim também, não há professores autônomos sem pesquisa. Paulo Freire nos ensina que faz parte da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa e que “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino” (FREIRE, 2005, p 29). Isso nos faz repensar o papel do professor e sua importância no processo ensino - aprendizagem, porque, afinal de contas, o professor é também um sujeito neste processo.

A luta de classes é histórica e cada vez vemos mais claramente a ação da classe dominante em tentar reduzir a ação dos grupos subalternos. Nos cadernos do cárcere Gramsci (2015) também já discutia a necessidade de atenção ao desenvolvimento político do conceito de hegemonia e o aprofundamento do conceito entre teoria e práxis como forma de compreendermos melhor essas questões. Percebe-se de modo muito especial nos últimos anos o surgimento de intelectuais orgânicos intimamente vinculados a grupos dominantes que propõe justamente o contrário daquilo recomendado por Gramsci (2015) no século passado. Aparelhos institucionais são utilizados para consolidar uma agenda política para educação pautada nos mecanismos de regulação arbitrária, ideologia religiosa tendenciosa e desrespeito às desigualdades. Neste sentido, Saviani (1999) afirma que: [...] “é preciso considerar a existência de uma relação interna, isto é, toda prática educativa, enquanto tal, possui uma dimensão política, assim como toda prática política possui, em si mesma, uma dimensão educativa” (SAVIANI, 1999, p. 94).

Nesta direção, Saviani (1999) dialoga com o postulado gramsciano no sentido de destacar a dimensão política da prática educativa, reforçando assim, a leitura que o Programa Escola sem Partido contribui para a constituição de um modelo educativo acrítico. É possível entender o quanto essas ideologias podem interferir no modo de pensar individual e coletivo dos sujeitos que



estão em processo de formação e estão expostos a toda essa (de) formação que desprivilegia o senso crítico.

Esse posicionamento vai contra tudo aquilo que é legítimo no campo da docência. Entendemos que a educação deve ser instrumento que provoque a reflexão, o diálogo entre discentes, docentes e o conhecimento. O conhecimento se dá na e pela práxis (FRIGOTTO, 2010), implicando a construção do conhecimento como atitude de reflexão crítica e política diante dos limites impostos pelo contexto social, especialmente por entender que este contexto não é neutro, possui uma interligação filosófica, sociológica e política. A práxis se manifesta aqui no sentido de contribuir para que o conhecimento se amplie, se reorganize e se reconstrua em um movimento contínuo, essencial para a emancipação.

[...] diferentemente do que os defensores do Escola sem Partido dizem, não há como se separar instrução de educação e fazer do ensino algo neutro, porque a sociedade não é neutra. A discussão e a compreensão críticas da sociedade mediada pelo conhecimento não são doutrinação. Mas, partindo do princípio da passividade do educando – o que já é violento, pois lhe retira a condição de sujeito, para transformá-lo em objeto – e de um suposto poder opressor do professor, criminaliza-se aquilo que é inerente ao processo educativo, ao ato pedagógico: confrontar ideias e compreensões sobre um mesmo assunto, debater, ajudar na elaboração do pensamento autônomo e fecundo mediada pelo conhecimento sistematizado (FRIGOTTO, 2017, p. 83).

Frigotto (2017) provoca reflexões que devem servir de pauta para qualquer discussão sobre o Escola sem Partido. A ênfase deve ser no sentido da compreensão da sociedade e todas as suas nuances a partir de um olhar sustentado no diálogo entre senso comum e filosofia conforme indicado por Gramsci (2015).

Com relação ao processo de formação docente, seja ela inicial ou continuada, verifica-se que o referido Programa pode trazer inúmeros prejuízos. São danos incalculáveis que, vinculados à construção da prática docente, são observados por meio da lógica conteudista e tecnicista; formação instrumental; centralidade somente no professor, onde ele é o sujeito do processo ensino - aprendizagem. Esse modelo de educação e de prática docente remonta ao que Saviani (1999) chama de teorias não críticas, especificamente as pedagogias tradicional e tecnicista.

A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico (...) Aqui é o trabalhador que deve se adaptar ao processo de trabalho, já que este foi objetivado e organizado na forma parcelada. Nessas condições, o trabalhador ocupa seu posto na linha de montagem e executa determinada parcela do trabalho necessário para produzir

determinados objetos. O produto é, pois, uma decorrência da forma como é organizado o processo. O concurso das ações de diferentes sujeitos produz, assim, um resultado com o qual nenhum dos sujeitos se identifica e que, ao contrário, lhes é estranho (SAVIANI 1999 p. 12).

Constata-se por meio da reflexão de Saviani (1999) o modelo de prática pedagógica que ainda hoje é proposto pelo Programa Escola sem Partido. É nítida a intenção de precarização do trabalho docente presente no discurso de eficiência, calcados na racionalidade técnico-instrumental. Diante do exposto, vale destacar a seguinte afirmação de Paulo Freire:

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária "intimidade" entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida neste descaso? Porque, dirá um educador reacionariamente pragmático, a escola não tem nada que ver com isso. A escola não é partido. Ela tem que ensinar os conteúdos, transferi-los aos alunos. Aprendidos, estes operam por si mesmos (FREIRE, 1996, p. 15).

Apesar de tudo que está posto, em tempos de Escola sem Partido, Paulo Freire chama a atenção sobre a necessidade de ter o aluno envolvido no processo ensino – aprendizagem, pois "não há docência sem discência" (FREIRE, 1996, p. 15). "Ensinar exige bom senso" (FREIRE, 1996, p. 15) e senso crítico. Mais do que nunca é imprescindível que os alunos tenham intimidade com os saberes curriculares e extracurriculares. É essencial que docentes e discentes tenham a convicção que "a postura deles (...) é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve" (FREIRE, 1996, p. 33).

### **3. CAMINHOS METODOLÓGICOS**

Este trabalho buscou analisar a proposta do Programa Escola sem Partido e suas nuances. São várias as questões que envolvem a proposta que gira em torno de aspectos políticos, sociais e até religiosos.

A pesquisa foi desenvolvida na sua essência por meio de uma revisão bibliográfica do conceito, do histórico, da concepção e das implicações sociais e pedagógicas do referido programa.

Com relação à análise dos dados, esses foram trabalhados como abordagem de interpretação da realidade, tendo como base o pensamento de Gramsci, Freire, Saviani, dentre outros autores, para análise dos dados qualitativos.

#### **4. CONCLUSÃO**

A educação brasileira, já tão embotada, depara-se com aquilo que seria inimaginável para o século XXI: O fortalecimento da censura, a negação da liberdade e o desrespeito à opinião do outro. Apoiado nestas diretrizes, o Programa Escola sem Partido tem promovido uma verdadeira cultura de doutrinação baseada na defesa da neutralidade na prática e na formação docente, ignorando que o conhecimento é sustentado por bases históricas, políticas e culturais.

A pobreza da proposta rebaixa o processo educativo. São argumentos vulneráveis e passíveis de serem desconstruídos, justamente por pregarem um modelo de educação excludente e opressor. Percebe-se que não há nada mais ideológico que a proposta do Programa Escola sem Partido. Silenciar o professor é arrancar da escola a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e emancipada. A proposta tem a sua ênfase no docente e refere-se ao discente como uma pessoa sem entendimento algum, uma espécie de tábula rasa. A ideia de crianças, adolescentes e jovens inapetentes não combina com o período histórico que esses estão inseridos. É inconcebível o entendimento que um aluno possa ser doutrinado, pois a prática pedagógica para promover o conhecimento, deve ter como base aquilo que os alunos trazem para a sala de aula, sua vivência, seu olhar sobre o mundo.

Portanto, esse Programa é um ataque brutal a tudo que foi construído por educadores e educadoras que lutaram e ainda lutam por uma educação dialógica e ética sustentada pelos princípios da práxis e da emancipação humana. Judicializar o professor não vai desenvolver uma educação melhor ou mais competitiva, (assim como querem os proponentes); pelo contrário, promoverá um desequilíbrio sem precedentes. A figura do professor já tão desfigurada, perderá ainda mais o seu vigor. Sendo assim, resistência deve ser a palavra de ordem em prol da valorização e respeito docente, em busca da verdadeira pluralidade de ideias e concepções pedagógicas.

## 5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 9394/96** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf) >. Acesso em: 11 ago 2018

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei N. 193, de 2016 (do Senado Federal) Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido". Diário do Congresso Nacional, Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei N. 246, de 2019 (Da Câmara dos Deputados) Institui o "Programa Escola sem Partido". Diário do Congresso Nacional, Brasília, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 31 ed. São Paulo, SP : Paz e Terra, 2005

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional in Metodologia da pesquisa educacional**. Ivani Fazenda (org) 12ª edição. São Paulo : Cortez 2010. 2010

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

GADOTTI, Moacir. **Escola Sem Partido, uma escola a favor da cultura da indiferença**. 2016. Disponível em : <<http://www.cartaeducacao.com.br/artigo/escola-sem-partidouma-escola-a-favor-da-cultura-da-indiferenca>>. Acesso em: 07 de out de 2018

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

NETO, Antônio Júlio de Menezes. **Socialismo e Educação**. 1. ed. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.

RAMOS, Moacyr Salles; STAMPA; Inez. **Subversão e resistência docente: notas sobre a ditadura militar e o Programa Escola sem Partido**. Espaço do Currículo, v. 9, n.2, p. 249-270, Paraíba, Maio a Agosto de 2016.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32. ed. São Paulo: Autores Associados, 1999.